



DOMINGO PENTECOSTES
1962 COIMBRA

O CONCÍLIO - UM NOVO PENTECOSTES

10 de OUTUBRO, 1962, GUINABRÁS

Ainda que o não confessemos, vivemos todos à espera de que "aconteça alguma coisa".

Talvez tal desejo nos venha da aparente rotina da nossa vida, da nossa falta de imaginação para "criarmos" nós os acontecimentos, para os inventarmos e tornarmos possíveis... Talvez venha da nossa insensibilidade aos acontecimentos escondidos que se sucedem, sem interrupção, no mundo da natureza e no mundo dos homens... Talvez venha do vago sentimento de frustração perante o vazio dos acontecimentos que por instantes nos interessaram...

Eficamos sempre insatisfeitos porque "o-que-esperamos-que-aconteça" é porque nós procurado nos grandes factos espectaculares, naqueles factos distantes que os homens políticos ou os artistas "nouvelle vague" trazem para a discussão fácil das nossas conversas de serão. Ora os grandes acontecimentos que inconscientemente esperamos não pertencem a essa ordem.

O que desejamos e queremos não é um acontecimento qualquer. A transformação por que aspiramos em nossas vidas e à nossa volta não é só uma mudança de condições ou um alargamento de horizontes culturais. Andamos todos, ainda que ~~o~~ não saibamos, a repetir em nossos corações, o apelo do salmista:

"Todos os vivos esperam de Ti, Senhor,
que lhes dês alimento em tempo oportuno;
tu abres a mão e eles ficam saciados;
tu escondes a tua face e eles ficam perdidos;
tu retira-lhes o sopro de vida e eles voltam ao pó.
Envia-lhes o teu Espírito e tudo será criado
e Tu renovarás a face da terra."

(Sl. 103, 27-30)

É a renovação da face da terra o acontecimento que esperamos. E, no fundo dos nossos corações, sabemos que esta renovação não nos será estranha. No interesse pelos acontecimentos de todos os dias e na curiosidade que eles em nós ~~o~~ suscitam, esconde-se o desejo tímido de neles de algum modo participarmos. Na renovação da face da terra não podemos ser espectadores - somos protagonistas e protagonistas essenciais.

A época em que vivemos é verdadeiramente o tempo da Igreja, o tempo do Espírito Santo que a alimenta e vivifica. É o tempo em que a face da terra é completamente renovada. Por isso a Igreja existe no meio do mundo.

O Concílio convocado por João XXIII é antes do mais uma manifestação dessa "renovação da terra" em processo na Igreja e pela Igreja no mundo e tornada possível pela acção constante do Espírito.

Embora o Concílio não seja um elemento de estrutura essencial à vida da Igreja, ele insere-se numa tradição de profundas raízes bíblicas. Se já no Antigo Testamento o povo escolhido, nos grandes momentos da sua história, decidia do seu comportamento em grandes assembleias dos seus representantes, é no Novo Testamento, e em particular nos Actos dos Apóstolos, que podemos encontrar uma sugestão institucional que a Igreja largamente aproveitou.

Com efeito, a Assembleia de Jerusalem, narrada em Act, 15, é um testemunho comovente da procura pela comunidade dos primeiros cristãos de formas jurídicas para as suas instituições. Tendo surgido um ponto difícil na expansão da Igreja sobre os preceitos a exigir dos gentios que se convertiam, Paulo e Barnabé vão a Jerusalem onde se encontraram com Pedro/Tiago e os outros apóstolos e presbíteros. Ali assistimos à discussão vivíssima entre todos e à opinião claramente formulada por Pedro consciente da sua autoridade. Resolvida a dificuldade, a decisão é ratificada com a expressão, frequente em S. Pedro, "Pareceu-nos bem, ao Espírito Santo e a nós..."

Estamos perante os elementos fundamentais do Concílio:

- assembleia de todos os apóstolos e presbíteros;
- instituição essencialmente comunitária, com representação de todas as tendências e opiniões;
- estrutura hierárquica em que Pedro tem a última palavra e ratifica todas as decisões têm de ser por ele ratificadas;
- encontro de estudo e discussão destinado a clarificar a vida da Igreja, ajustando-a e explicitando-a ou concretizando-a em função das necessidades do próprio desenvolvimento da Igreja;
- manifestação da vida da Igreja, assistida portanto pelo Espírito Santo que a preserva do erro.

Estas características mantiveram-se ao longo dos 20 Concílios até hoje realizados e marcarão também o Concílio Vaticano II. Mas as condições em que este se realiza conferem-lhe um lugar muito especial na história dos Concílios. Como tem sido amplamente notado, o próximo Concílio não se reúne para condenar heresias parciais nem tão pouco para vazer face a qualquer crise interna da Igreja. Em raras épocas na História a Igreja

tem tido a saúde moral que hoje revelam os seus fiéis, o seu clero, a sua Hierarchy. Razão para que o Concílio seja preparado na objectividade que a paz confere e na serenidade que um clima de constante aprofundamento do cristianismo desde há algumas dezenas de anos necessariamente criou.

O Concílio será o maior de toda a história da Igreja, reunindo mais de 2.700 pessoas, cerca do triplo de número de membros convocados para o I Concílio do Vaticano em 1870. Nele participam com voto deliberativo os cardeais, os arcebispos, os dirigentes de ordens religiosas, os bispos residenciais, os prelados e os abades nullius. Pela primeira vez na história da Igreja estarão presentes todas as raças, nações, continentes, civilizações e culturas. O Concílio é assim, com plena propriedade de termos, ecuménico, quer dizer, universal, estendendo-se a todo o orbe conhecido.

E ao pensarmos nessa assembleia única na história, reunida não pelo poder dos homens mas pela virtude do Espírito, não podemos deixar de reconhecer que se realiza na Igreja e nas manifestações da sua vida a promessa do Senhor:

"Quando realizar em vós a minha santidade, reunir-vos-ei de todos os países, e derramarei sobre vós a água pura que vos limpará de toda a impureza. Dar-vos-ei então o Espírito novo."

(Ez. 36, 24-26)

Nesta perspectiva, torna-se evidente o erro de visão de certas noções sobre o Concílio, que baseando-se na estrutura humana da grande assembleia e do condicionalismo que lhe é próprio, lhe aplicam os critérios com que se julgam as realizações das sociedades temporais. Vale a pena referir algumas dessas noções pois que poderemos caminhar, pelo método de redução ao absurdo para aquilo que o Concílio verdadeiramente é.

O Concílio não é um "parlamento da Igreja", com representantes do povo a decidirem do bem comum e a defenderem as posições de todos os "partidos"! Se é certo que o povo cristão está todo ele presente no Concílio pelos seus Pastores, a assembleia reunida existe não por delegação dos poderes do povo mas pelos poderes directamente conferidos por Deus à sua Igreja. É a realidade sobrenatural da instituição-Igreja que torna o Concílio possível.

Pela mesma razão, o Concílio não é uma assembleia internacional a pôr em paralelo com as grandes organizações contemporâneas. Se tem em comum com elas a representatividade de todos os continentes e de todas as raças e se, como elas, procura o encontro e o



Fundação Cuidar o Futuro

entendimento entre todos os povos na universalidade das suas aspirações, delas difere essencialmente pelo vínculo que determina o encontro - o Espírito Santo que o convoca, anima e orienta. É evidente que neste contexto o Concílio não é uma força política a opor-se a outras forças presentes no mundo, nomeadamente ao comunismo. (Não se faz mais do que afirmar, também neste caso particular, que o catolicismo transcende todas as opções políticas e que não pode nunca ser usado como arma de combate contra qualquer opção, mesmo contra aquelas que, no plano da ideologia, tem de condenar.)

O Concílio não é uma reacção natural da instituição-Igreja aos males do nosso tempo. É certo que o mundo moderno põe numerosos problemas à Igreja, é certo que surgiram no nosso tempo valores e conceitos inteiramente novos e que precisam de ser revistos e eventualmente assumidos depois de purificados pelo cristianismo - mas não são esses problemas, conceitos ou valores que determinam o Concílio. Ele é basicamente determinado pelo ritmo da vida interna da Igreja, pelas exigências do seu processo de crescimento. Neste sentido não podemos esperar que o Concílio venha trazer soluções feitas aos problemas da injustiça social, da fome no mundo ou da reforma agrária... Não podemos esperar que ele valorize esta ou aquela escala de pensamento, que faça sínteses culturais ou que abençoe as perspectivas "Theillardianas" de integração da ciência e da Fé...

O Concílio não é tão pouco o derradeiro sobressalto de uma civilização decadente aglutinando os que de algum modo se possam assimilar à Igreja numa ânsia desesperada de sobrevivência. Se é certo que a Unidade está presente no Concílio e que ela é uma aspiração comum a todos os homens, o Concílio não se precipitará porém numa busca de união que elimine indiscriminadamente as diferenças. O Concílio será um passo para a Unidade, mas no sereno reconhecimento de que ela "será obra do Espírito e de que "será realizada quando Deus quiser e pelos meios que Ele quiser".

O Concílio ultrapassa assim qualquer perspectiva meramente humana em que tenhamos a tentação de o situar para exprimir, numa forma radical, o Mistério da Igreja e do seu diálogo com o mundo.



O Papa falou, a propósito do Concílio, de um "aggiornamento" da Igreja - expressão que quer dizer ao mesmo tempo "pôr em dia" e "trazer à luz do dia" a vida da Igreja. Podemos então dizer que o Concílio é uma reflexão da Igreja e uma manifestação da Igreja.

É uma reflexão da Igreja sobre si mesma, sobre a sua vida íntima, sobre o mistério da sua presença no meio dos homens. Tal reflexão há-de acarretar um conhecimento mais autêntico, uma clarificação mais inteligível, uma hierarquização mais oportuna das grandes realidades que constituem a Igreja. Nesta reflexão da Igreja sobre si mesma, há uma actualização de método, de pensamento, de terminologia - e nessa actualização "põe-se em dia" a vida da Igreja.

Mas nesta mesma reflexão a traduzir-se em termos, conceitos e preocupações, feitas das vidas dos homens do nosso tempo, há uma revelação da ^{realidade} ~~vida~~ própria da Igreja "Traz-se à luz do dia" a vida mesma da Igreja - revelam-se elementos porventura escondidos ou menosprezados da vida cristã, purificam-se as verdades essenciais dos acidentes trazidos por circunstâncias de tempo ou de lugar, apresenta-se a Igreja ao mundo tal qual ela é - há assim uma manifestação da Igreja.

Reflexão e manifestação não podem deixar a Igreja sem mudança - são facetas da renovação profunda que o Concílio pretende realizar.

O Santo Padre, na Encíclica "ad Petri Cathedram", definiu o fim principal do Concílio dizendo que "ele consistirá em promover o desenvolvimento da Fé católica, a renovação da vida cristã dos fiéis, a adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades e métodos do nosso tempo". E na visão profética do Santo Padre o Concílio, através deste fim primeiro, será também um passo para a Unidade dos cristãos. Com efeito, ainda na mesma Encíclica, João XXIII diz que o Concílio "será seguramente um admirável espectáculo de verdade, de unidade e de caridade, cuja vista será (...) para aqueles que estão separados da Sé apostólica, um suave convite a procurar e a encontrar aquela unidade pela qual Jesus Cristo dirigiu a seu Pai celeste uma oração tão ardente".

Portanto, o fim do Concílio pode resumir-se, como o têm sublinhado a maior parte dos teólogos e as próprias autoridades da Santa Sé, numa renovação interna da Igreja em ordem à Unidade dos cristãos.



O conceito de "renovação" aplicado à Igreja pode parecer à primeira vista inapropriado. Im porta por isso fazer algumas observações sobre a sua oportunidade.

Presença de Cristo sobre a terra, Esposa do Cordeiro, a Igreja vive numa esperança escatológica que a situa ~~nessa situação~~, no mundo, numa perspectiva de eternidade. Ela é já a Esposa vestida de mil cores, imaculada, sem vinco nem pecado. Neste sentido, ela é imutável, transcendente às transformações das coisas e dos homens, intocável na sua perfeição, atravessando serena e eternamente jovem, o envelhecimento das instituições e das ideias.

Mas ela é, ao mesmo tempo, instituição de homens, ligada ao tempo, em diálogo permanente com o mundo em que está inserida, parte inalienável da vida dos homens nas suas interrogações e fraquezas, nas suas angústias e demandas. Neste sentido, há nela uma constante evolução. Ao tornar-se parte da História, a Igreja aceita o devir que a História supõe, submete-se à exigência de progresso inerente ao desenrolar dos tempos. Do mesmo modo que a natureza humana de Cristo aceitou a limitação duma época, duma raça, dum povo, duma família particulares, também a Igreja na sua fisionomia humana tem de aceitar e reconhecer em si a história dos homens, dos povos e das ideias.

Por isso a Igreja está constantemente em evolução e necessita de reflectir sobre essa evolução. **Fundação Cuidar o Futuro** Na actualidade, a Igreja, a um tempo do mundo e fora do mundo, precisa de aferir a influência trazida pela história e pelas características de cada época com a sua realidade profunda. Pode falar-se dela como da Ecclesia semper reformanda, quer dizer, Igreja sempre em estado de reforma, exigindo sempre, pela sua própria natureza, a purificação e a renovação das suas expressões.

A Igreja é assim, por um lado, uma Igreja feita, acabada, completa, e, por outro lado, uma Igreja a fazer, a transformar, a aperfeiçoar.

Usando as expressões correntes em linguagem ecuménica, diremos que a Igreja é instituição e acontecimento. A Igreja é instituição que Cristo nos mereceu e que o Espírito Santo constantemente suscita, alimenta e mantém na fidelidade dos seus elementos essenciais - ela é, ao mesmo tempo, na e pela humanidade dos seus membros, "um acontecimento duma novidade permanente", encruzilhada e síntese dos acontecimentos parcelares que polvilham o tempo e fazem a História.

Paralelamente, a Igreja é estrutura e é vida. É estrutura, estabelecia uma vez por todas, base da instituição do direito divino, alicerces de todo o edifício da Fé, e portanto, intransformável - mas é, ao mesmo tempo, vida, revelando-se de mil formas diferentes, brotando com a espontaneidade das coisas que nascem e vivem,



carecendo portanto de revisão, sendo objecto de análise, crítica e ajuste.

A Igreja é assim, por um lado, uma Igreja feita, acabada, completa, e, por outro lado, uma Igreja a fazer, a transformar, a aperfeiçoar.

É nesta dupla natureza da Igreja que reside a possibilidade de renovação sem negação da sua essência.

Vivemos, pois, numa Igreja em renovação - mas não uma renovação qualquer. É tentação fácil pensar que a Igreja há-de sujeitar-se a todas as reviravoltas de opinião, há-de moldar-se por todas as correntes modernas, há-de plasmar-se segundo as exigências particulares de cada país ou de cada grupo. O critério que preside à renovação não é, não pode ser exterior à Igreja, porque ela contém em si mesma a plenitude da verdade que lhe permite ajuizar das suas expressões e atitudes. Não há critério, por mais científico, não há norma por mais universal, não há necessidade por mais premente, não há tendência por mais constante, que possam determinar a renovação da Igreja, o modo como é feita ou os aspectos sobre que deve incidir. A Igreja permanece soberanamente livre nas suas opções e decisões.

Numa obra colectiva o P. Longar indica as grandes linhas que devem nortear qualquer renovação da Igreja sem que se caia no perigo de desvio, heresia ou cisma. Vamos indicá-las muito brevemente.

Uma verdadeira reforma da Igreja supõe, antes de mais, o primado da caridade, da união profunda de todos os homens na Pessoa de Cristo vivificada pelo Espírito Santo, do desenvolvimento das relações de amor e de harmonia entre os cristãos. A análise e a crítica que a renovação exige só são possíveis se nascerem do amor.

Por exigência desse mesmo amor, uma verdadeira renovação é guiada pela preocupação da pastoral, quer dizer, da transmissão da "engagem cristã" a todos os homens e da possibilidade de todos participarem de forma viva e pessoal na celebração dos Mistérios. Não há especulação teológica por mais apaixonante nem medida disciplinar por mais necessária que possam sobrepor-se a esse cuidado da pastoral que é afinal o primado do amor estendido à comunidade dos cristãos no seu conjunto.

A renovação, para ser autêntica, exige ainda que todas as reformas concretas sejam integradas na harmonia do conjunto. O primado do amor supõe "a comunhão do todo", quer dizer uma união que se estrutura segundo uma hierarquia e um princípio de autori-



dade. Foi por ter esquecido este aspecto que a reforma de Lutero constituiu uma cisão na Igreja.

Torna-se assim claro que o princípio norteador da renovação da Igreja não é um sistema, um método, uma ideia, mas uma Pessoa - Cristo e o Seu Evangelho. Por isso se tem dito do Concílio que "é a Igreja de hoje que se olha a si mesma no Evangelho".

Não se tratará de renovar este ou aquele ponto, de eliminar este ou aquele abuso mas de adoptar as atitudes fundamentais ditadas pelo próprio Evangelho de Jesus Cristo. Como foi dito recentemente: "O que os não-católicos pedem à Igreja Não são os seus acessórios mas o seu coração. E este chama-se: o Evangelho de Jesus Cristo!"

nesta perspectiva, a ^{renovação} ~~reforma~~ da Igreja é uma reforma que se situa no ponto de equilíbrio entre dois extremos. Como o notou de forma excelente o teólogo Hans Kung, "a reforma católica não é uma revolução: ela não visa uma transformação violenta; não é uma procura desordenada e inquieta da novidade. Por mais aberta que seja a tudo o que é novo e melhor, está atenta à continuidade do desenvolvimento histórico e não pode nunca ser uma inovação simplista." É oportuno perguntarmo-nos se algumas das críticas que se esboçam aqui e além sobre a preparação do Concílio, se certas desilusões que parecem manifestar-se não vem justamente duma visão "revolucionária" da reforma católica, nascida na mente dos que encaram o Concílio como um abalo sísmico" na vida da Igreja...

Por outro lado (e cito de novo o mesmo teólogo) "uma reforma católica não é uma restauração: ela não pretende conservar preguiçosamente o antigo sistema, mas ao contrário lançar-se corajosamente na verdade inesgotável; não pretende restaurar unicamente as formas antigas, mas encontrar novas formas adaptadas à nossa época". Haveria a este propósito um salutar exame de consciência a fazer em países de velha tradição católica como o nosso...

A verdadeira renovação da Igreja tem de ser encontrada na coincidência duma reforma interior, feita da transformação e purificação dos corações e duma reforma exterior feitas das condições, dos meios, das expressões. Não basta a reforma interior - e a santidade no seio da Igreja Católica paralela ao movimento da Reforma Protestante mostra a necessidade de uma transformação de estruturas e condições para que a reforma dos corações possa produzir, também visivelmente, uma reforma da Igreja. Mas não basta tão pouco uma reforma exterior, de condições e métodos, pois são os homens que importa fazer nascer de novo e é através deles que a face da terra será renovada.



Simplificando, pode dizer-se que fundamentalmente o Concílio não deveria trazer nada de novo à Igreja no plano vital - ele deveria ser a expressão institucional, teológica e jurídica, i.e. no plano da doutrina e da disciplina, duma renovação em processo em toda a Igreja.

Em que consistirá exactamente essa renovação? A consulta da abundante literatura que sobre o Concílio se tem publicado fornece alguns elementos orientadores a par de muitas ideias sem fundamento.

Como o anúncio do Concílio despertou um interesse extraordinário em todos os meios, puderam ler-se e ouvir-se os comentários mais inesperados. Não faltaram sugestões, às vezes absurdas, e esperanças, às vezes infantis. Mas no meio de muitas considerações descabidas sente-se uma preocupação real pela vida mesma da Igreja e o desejo de que a sua presença seja cada vez mais forte entre os homens.

Ao que parece o próprio Episcopado não fugiu ao desejo de tudo reformar... Os problemas postos pelos Bispos de todo o mundo constituem um conjunto de 15 volumes na posse da Comissão Central - e segundo o testemunho dos teólogos que os consultaram as sugestões do Episcopado, agrupadas em 5.000 votos diferentes cobrem praticamente todos os aspectos da vida da Igreja, sendo os Bispos da Ásia e nomeadamente os da Índia e Indonésia os que põem problemas mais cruciais para uma renovação da Igreja no nosso tempo.

A constituição das Comissões preparatórias bem como as informações divulgadas a propósito das reuniões da Comissão Central permitem pensar que, na verdade, mais do que aspectos puramente doutrinários ou disciplinares, o Concílio considerará a própria vida da Igreja, a sua adaptação ao nosso tempo, a sua expressão na atitude dos seus membros.

Esta tendência, revelada pelo povo e pelos seus Pastores, é aliás, requerida por um Concílio que, visando a renovação interna da Igreja, a transcende para constituir um passo para a Unidade. É na redescoberta da Igreja que a pureza do cristianismo se pode revelar e que o encontro entre confissões diferentes poderá ter lugar.

A matéria da renovação terá assim necessariamente de ser a vida própria da Igreja. A perspectiva última em que o Concílio se projecta confere uma tonalidade específica a essa renovação. Dar-se-á relevo a certos aspectos de preferência a outros por causa da Unidade, em ordem à Unidade.



Não se trata de uma renovação a fazer num sentido moral geral - a Igreja a tornar-se mais perfeita, cada um de nós a tornar-se melhor cristão - mas trata-se de realizar e conscientemente procurar essa renovação no terreno mesmo em que nos encontramos com as aspirações legítimas das outras confissões cristãs, com aquelas aspirações que têm inconfundivelmente a sua raiz no Evangelho de Jesus Cristo.

Em países onde diálogo com outras confissões se põe de forma prática e quotidiana, a Igreja tem de estabelecer plataformas para o encontro na mentalidade, no culto, na vida. Não nos vamos deter aqui nesse aspecto mas apenas esboçar algumas das grandes linhas de uma renovação da Igreja, na continuidade das tendências manifestadas na vida da Igreja durante este século e nomeadamente nos últimos 10 anos.

O primeiro ponto a considerar aqui é a fortalecimento doutrinário e de vida da participação dos leigos na vida da Igreja. O cristão numa Igreja em estado de Concílio não é um espectador passivo da vida da Igreja. Não está de fora, comentando com impaciência a lentidão das transformações, criticando a prudência da Hierarquia, contando anedotas fáceis sobre a burocracia de Roma... Não se isola numa devoção toda individualista, numa satisfação piedosa de deveres cumpridos, alheio às riquezas da grande comunidade de que faz parte. Não se põe à frente, numa atitude negativa muitas vezes ignorante ou mal fundamentada. Não encara a Igreja como o instrumento eficaz de realização das suas convicções filosóficas ou dos seus anseios de transformação social.

O cristão da Igreja em estado de Concílio procura alimentar-se da vida que corre no corpo da Igreja, transcende opções unilaterais, tanto mais aliciantes quanto mais profundamente se contacta o sector em causa, para se situar na perspectiva mais equilibrada e portanto mais verdadeira das tendências e linhas fundamentais de pensamento da Igreja. O cristão da Igreja em estado de Concílio é essencialmente dinâmico, vive na sua própria vida a mesma ansia de renovação, examina-se à luz do Evangelho. vive numa fidelidade sem condições à Hierarquia e inventa sem cessar novas formas da sua acção no mundo.

Mergulhado na corrente de renovação que percorre a Igreja, o leigo cristão sabe-se participante dum sacerdócio, dum poder mediador entre Deus e os outros homens, reconhece-se charneira do encontro entre Deus e o mundo. O leigo cristão sabe-se parte do povo de Deus, responsável pela santificação dos membros da grande família a que pertence e por isso, como ocentuou recentemente João XXIII "deve participar



amplamente, individual e colectivamente, na acção pastoral que o Concílio prepara, sob a direcção carinhosa dos Bispos e em fraternal harmonia com os sacerdotes".

O cristão duma Igreja em renovação procura compreender e aprofundar o sentido da Igreja tal como o Senhor a instituiu e quis. A vida em Igreja é uma vida no Espírito:

"No Senhor, fostes gerados em conjunto para formardes a morada de Deus pela força do Espírito".

(Ef. 2,22)

É para formarmos a Igreja que o Espírito Santo nos é dado. Nas vésperas do Concílio podemos dizer que é para renovarmos a Igreja que o Espírito Santo nos é dado.

Nesta inserção na Igreja o cristão participa intimamente da vida própria da Igreja. Na verdade ele sabe que a Igreja existe para continuar a Redenção e que é na celebração dos Mistérios que a redenção se actualiza. A vida em Igreja torna-se assim centrada na acção sagrada, na Liturgia. É aí que o Mistério se torna vida.

Aqui a necessidade da coincidência duma reforma interior e duma reforma exterior torna-se mais evidente - sacerdotes e leigos importa que todos redescubramos a liturgia como alimento da vida cristã e que a redescubramos existencialmente, sem receio de sermos ousados no desejo de levarmos a Igreja ao que nela é puro e essencial. São de João XXIII estas orientações concretas, particularmente oportunas para velhas cristandades como a nossa, dadas numa audiência geral (2 Junho 62): "

"Na véspera do Concílio desejaríamos propor sentimentos e métodos de oração mais universais, desejaríamos que os fiéis se pudessem impor certos limites nas efusões características dos seus sentimentos religiosos, susceptíveis de, por vezes, esconder defeitos e exageros nocivos ao culto. Esses defeitos poderiam ser evitados se os cristãos se conservassem, nas suas manifestações de piedade popular, dentro dos ensinamentos da doutrina cristã e dos textos adoptados pela Igreja universalmente."

O terceiro aspecto de uma renovação será o que podemos chamar o acolhimento da Palavra. A experiência do Espírito Santo que é a experiência de todo o cristão, está ligada a esta norma absoluta: a Palavra de Deus tal como no-la transmite o Evangelho e a prega a Igreja. Não entendo aqui a Palavra num sentido meramente intelectual mas



no sentido existencial de mandamento novo. O cristão que vive do Evangelho alimenta-se da Palavra de Deus e põe-na em prática. Por isso a sua caridade traduz-se em acção objectiva, concreta. Para ele o Evangelho tem o primado sobre a lei. ele tem o entendimento do paradoxo da Mensagem cristã, da tensão que se manifesta no pensamento dialéctico da Escritura. Para ele o Evangelho não é uma fonte de uma doutrina, mas uma vida na riqueza pluriforme de todas as opções e situações.

Para entender o Evangelho, para viver a acção litúrgica, para se inserir completamente na Igreja, o cristão da Igreja em estado de Concílio sabe-se parte de um povo escolhido por Deus e por isso medita e vive a revelação de Deus ao Seu povo - numa palavra, vive um cristianismo bíblico.

E assim cada um de nós poderá em vezdade preparar o Concílio - a renovação que ele vai explicitar há-de estar a realizar-se em nós.

Recebemos em cada instante da nossa vida o Espírito Santo em nossos corações. Mas não o recebemos isoladamente, nos limites da nossa individualidade. Por mais pessoal que seja, o dom que recebemos é sempre eclesial. Por isso da verdade reconhecida dos dons individuais o Espírito do Amor faz nascer a unidade. O valor primeiro a orientar a nossa renovação em tempo de Concílio é, no seio da diversidade dos dons, a unidade do corpo, exprimindo e incarnando a unidade do Espírito.

Numa consciência mais profunda e actuante de que somos Igreja, numa apreciação e participação mais intensas da Liturgia sagradas, numa redescoberta da pureza do Evangelho, sejamos já hoje onde quer que nos encontremos fermento de renovação. que há-de conduzir à unidade. É o que nos pede com palavras do nosso tempo o Apóstolo S.Paulo:

"Comportai-vos em tudo de maneira digna da vocação a que fostes chamados, com humildade e doçura, com longanidade, aceitando-vos uns aos outros por caridade, aplicando-vos a guardar a unidade do espírito pelos laços da paz: não há senão um só corpo e um só espírito, como não há senão uma só esperança; um só Senhor, uma só fé, um só baptismo, um só Deus e Pai de todos, que está acima de todos, age em todos e habita em todos".

(Ef. 4,1-6)

